

editorial

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i1p17-40

“A história não nos ensina coisa alguma - é aprendendo com a história que nos ensinamos a nós mesmos. Somos historicidade, somos história. Somos os alunos e os professores nesta escola que é o nosso planeta. Só paramos de aprender quando deixamos de existir”.

(Agnes Heller, 1993, p. 250)

O ano de 2025 tem sido de grandes mudanças e em todas as escalas. Em nível mundial, passamos por uma transformação acelerada nas relações políticas e econômicas internacionais. O multilateralismo, construído desde 1945, é posto cada vez mais em xeque, seja pelo engessamento das organizações internacionais, seja pela ausência de perspectiva de encerramento de qualquer uma das duas guerras simultâneas (Ucrânia e na Faixa de Gaza) em curso. O Brasil, como sujeito

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

histórico, presencia um ponto de inflexão em sua relação com um de seus parceiros mais tradicionais, os Estados Unidos, e, ao mesmo tempo, entra para a história ao se posicionar, junto à África do Sul, pelo reconhecimento de um genocídio cada vez mais intenso em Gaza.

No plano nacional, o contexto educacional e acadêmico brasileiro também passa por reformulações. A disciplina de História, assim como outras da área das Ciências Humanas, tem sido alvo de uma redução em sua carga horária nos currículos escolares da educação básica, especialmente no estado de São Paulo. Já no Ensino Superior, com relação à produção científica, em 2024, houve alteração no sistema de classificação de revistas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que passará a valer em 2025. Essa focará, a partir de agora, no impacto das publicações acadêmicas. O propósito é uma valorização da qualidade do artigo e das suas contribuições, e não só da quantidade de publicações pelo acadêmico. A perspectiva é que, com os novos métodos, os pesquisadores busquem publicar com maior esmero em revistas nacionais, o que contribui também para os índices de qualidade das revistas acadêmicas brasileiras. No que se refere aos periódicos acadêmicos, podemos também destacar a atual valorização da publicação de artigos em análises de currículos para programas de pós-graduação e concursos para docentes universitários, quando comparada à publicação de livros, ou capítulos de livros. Com a mudança, pressupõe-se uma análise mais apurada da qualidade de sua produção, bem como da capacidade do aluno de gerar impactos com o trabalho.

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

Essa mudança pode ser vista como incentivo para que graduandos procurem revistas nacionais para publicar seus trabalhos e iniciações científicas, o que reforça a importância de se manter um projeto como a Revista Epígrafe vivo.

As estruturas seguem em movimento, o que não necessariamente significa que a todo o tempo se cria algo novo, mas, também, há uma consciente (e, às vezes, inconsciente) reorganização. Na Revista Epígrafe não é diferente. Em 2025, realizamos uma mudança em nosso corpo editorial, que conta, atualmente, com 10 novos membros, os quais vieram para reforçar a equipe. Em seguida, tivemos uma reestruturação de nossa identidade visual, e uma maior atividade em nossas redes sociais. Essa renovação em nossa comunicação contribuiu para divulgarmos amplamente a nova chamada de artigos, bem como nossos projetos.

A chamada de artigos para a edição de v.14 foi um sucesso inesperado. Tivemos recorde em recebimentos de artigos (cerca de 140 no total). Destaca-se a parceria com o Prof. João Paulo Garrido Pimenta para a composição do Dossiê de História Conceitual¹, fruto de sua disciplina optativa, proferida no segundo semestre de 2024 na graduação em História, na Universidade de São Paulo (USP). Tal cooperação reforça os laços da Revista com os professores do Departamento de História da USP e lança bases futuras para procedermos com mais dossiês derivados de disciplinas ministradas em nosso curso.

¹ O Dossiê de História Conceitual será publicado no segundo semestre, compondo o volume 2 da 14ª edição da Revista Epígrafe.

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

No decorrer do primeiro semestre de 2025, implementamos também mudanças estruturais na Revista. Visando a otimização do processo editorial e a qualidade das avaliações dos artigos submetidos à Revista, instauramos um quadro fixo de pareceristas, reunindo doutores e doutorandos em História de diversas regiões do país. Além disso, buscamos também contribuir com a capacitação da comunidade discente na área da pesquisa. Realizamos o “Workshop Preenchimento e atualização do Currículo Lattes”, em que Elizabeth Barbosa dos Santos, bibliotecária da Biblioteca Florestan Fernandes, pôde nos apresentar as regras básicas para o preenchimento da Plataforma Lattes, instrumento necessário aos discentes que já realizam ou pretendem realizar pesquisa acadêmica em algum momento de suas vidas.

A Revista Epígrafe também retomou sua participação nas reuniões plenárias do Departamento de História da USP. Como periódico integrante da estrutura departamental, consideramos relevante ocupar espaços, participar das discussões de questões caras ao curso e apresentar periodicamente nosso trabalho à instituição a que estamos vinculados. Nessa esteira, houve também a renovação de nosso Conselho Editorial, com a aderência dos professores recém-chegados ao Departamento, os quais já têm contribuído imensamente com a Revista de diversas formas.

Para além das mudanças e reconfigurações da Epígrafe, o próprio Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) passou por alterações e transformações. Essas mudanças consistiram, sobretudo, numa reforma curricular, dividida em

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

duas fases. A reforma já vinha sendo pautada por docentes e alunos há tempos, e foi efetivamente aprovada em 2018. No entanto, com a pandemia de Covid-19 e a adaptação dos cursos para o ensino remoto, outras prioridades entraram em voga, postergando sua implementação, sendo reassumida com o retorno presencial.

No segundo semestre de 2023, ocorreram as primeiras modificações em relação às disciplinas optativas oferecidas pelo Departamento. O currículo do curso de História passou a incluir disciplinas que incentivam a pesquisa e a escrita acadêmica, como “Prática de leitura e escrita Historiográfica I e II” e a adição de “Introdução à Pesquisa III e IV”.

Por sua vez, a partir do primeiro semestre de 2024, houve a implantação da segunda fase dessa reforma, que reconfigurou integralmente a grade dos ingressantes a partir desse ano. A disciplina de História Indígena passou a ser obrigatória no novo currículo, ampliando a formação dos futuros historiadores e atendendo, de certa forma, aos requisitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que prevê, com o acréscimo da Lei 11.645/2008, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica — sem especificar essa obrigatoriedade na formação de professores nos currículos do Ensino Superior. Somado a isso, com a realização do primeiro concurso docente específico para a área, a mudança também incorporou História da Ásia no currículo, por ora sendo ofertada como disciplina optativa. Entretanto, a carga horária de disciplinas obrigatórias do curso foi reduzida significativamente. Agora, os componentes curriculares

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

obrigatórios do curso, que anteriormente se estendiam por dois semestres, passam a ser compostos somente por um módulo².

Em compensação, de acordo com a reforma, a partir do quinto semestre, os discentes devem dedicar-se às disciplinas optativas, cumprindo, pelo menos, com uma disciplina em cada um desses sete eixos formativos previstos: (1) História Política; (2) História Cultural; (3) História Social; (4) História Econômica; (5) Teoria, Historiografia e Novas Abordagens; (6) Memória e Patrimônio Histórico; (7) Ensino de História e Pesquisa. A mudança visa ampliar a formação do graduando, garantindo seu contato com diferentes linhas de pesquisa e abordagens teórico-metodológicas. Para além, nesse mesmo período, também deve-se cumprir a carga de optativas livres, algo que já estava vigente no currículo anterior.

Ademais, também em 2024, passou a vigorar a obrigatoriedade da curricularização da extensão, determinação que foi, inclusive, estendida aos ingressantes de 2023. Com base em uma legislação federal e em sua inclusão no Plano Nacional de Educação (PNE) atual, essa exigência da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária passou a ser aplicada a todos os cursos de graduação da USP, sendo incorporada ao curso de História ainda no contexto da reforma curricular³. No caso específico dos estudantes que ingressaram em 2023, a implementação gerou uma problemática maior: com a medida estabelecida após o início da

² Exceto Brasil Independente I e II, que se dividiu em Brasil Império e Brasil República.

³ Mais informações sobre a implementação da curricularização da extensão podem ser conferidas no *Guia*, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Disponível em: https://uspdigital.usp.br/apollo/doc/aex/Guia_Curricularizacao_v3

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

graduação desses sujeitos, os currículos tiveram que ser adaptados, havendo menos tempo para cumprirem as horas quando comparado aos ingressantes de 2024 e adiante. Dessa forma, essa vigência trouxe insegurança aos estudantes de 2023, uma vez que, com essa implementação, perderam um ano sem cumprir essas atividades extensionistas.

A Atividade Extensionista Curricular (AEX) é uma atividade de extensão coordenada por um docente, que, por sua vez, é exercida por um discente e é voltada à sociedade. Mediante essa demanda, criamos o projeto do Podcast Epígrafe, que já conta com 4 entrevistas, uma maneira de contribuir com a divulgação do conhecimento produzido pela academia, e também uma oportunidade para os alunos terem acesso a uma atividade extensionista não vinculada a uma disciplina. Até o momento participaram do podcast tanto professores do Departamento de História da USP, quanto autores que publicaram nas edições anteriores da Epígrafe. A proposta do podcast, além de humanizar a produção acadêmica, transformando em diálogo o processo da pesquisa, também valoriza a trajetória desses profissionais e a projeção dada aos trabalhos publicados pela Revista.

Tais atividades fazem com que a Equipe Editorial permaneça constantemente inspirada e em movimento para novos projetos e realizações. Estamos também com uma reforma de nosso site em curso, assim como temos refletido no aprimoramento das nossas publicações. Não se pode olvidar que, embora tenhamos diversos projetos que

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

contribuam com a área da pesquisa acadêmica, a publicação do periódico é o objetivo primário da Revista. Assim, focados em nossa próxima publicação e, em razão do grande número de artigos recebidos, decidimos proceder com algo inédito na Revista: dividir a edição em dois volumes.

Para compor este primeiro volume, foram selecionados 34 artigos, havendo grande especificidade de áreas englobadas. As implicações disso são, primeiro, a percepção da atual amplitude dentro do campo de estudo da História e seu atual estágio evolutivo. Segundo, esse quadro diversificado levou os membros deste editorial a dividir os artigos em 5 grandes áreas: História do Brasil, História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Embora haja um semblante tradicional nessa escolha, a justificativa para tanto foi, ainda, a facilidade de categorização dos trabalhos por meio do recorte cronológico.

A partir dos artigos selecionados, foi possível extrair algumas inferências, como a expressiva disparidade regional entre os trabalhos aprovados para esta edição da Revista. Do total de 34 artigos, 27 são de autoria de pessoas vinculadas a universidades situadas na região Sudeste, o que representa 80% do escopo. Em contraste, as regiões Sul e Nordeste contabilizaram, respectivamente, apenas 4 e 3 trabalhos aprovados cada. Por sua vez, as regiões Norte e Centro-Oeste não tiveram nenhum trabalho incluído nesta edição. Esses dados, obtidos a partir de uma análise quantitativa, são significativos porque revelam a concentração da Revista num quadro centro-sul. Tal cenário instiga uma reflexão acerca da imperatividade de se reavaliar e aprimorar as estratégias de divulgação e

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

comunicação, visando uma maior aproximação e interlocução dessas produções científicas tanto entre as academias quanto da sociedade em seu conjunto.

Reforçamos, assim, que a Revista Epígrafe é um periódico organizado por discentes do curso de História da USP, voltado para publicação de trabalhos, artigos, resenhas e transcrições de documentos na área de História e que tenham como autoria alunos de graduação. Grande parte dos trabalhos submetidos para publicação é resultado de pesquisas de iniciação científica desenvolvidas por esses graduandos e que, por muitas vezes, despertam o interesse na continuidade do trabalho acadêmico na Pós-Graduação.

Atualmente, a FFLCH conta com dois programas de pós-graduação em História: Econômica e Social. A conjuntura de mudança na produção científica-acadêmica também incidiu sobre esses cursos. O edital PRPG nº 04/2025, a partir de acordo entre a própria USP, CAPES, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e outras universidades públicas paulistas, apresentou um novo modelo de Pós-Graduação a ser implementado como projeto piloto nos Programas de Pós-Graduação de Excelência (PROEX)⁴. Seguindo uma tendência norte-americana, a justificativa para a proposta baseia-se em um aumento

⁴ As informações que aqui constam sobre a reforma dos programas de pós-graduação da USP e as reflexões sobre esse novo modelo podem ser conferidas de maneira expandida na Carta aberta, redigida por discentes da pós-graduação da FFLCH/USP, no primeiro semestre de 2025. Disponível em: <https://static-eu.webapp-portal.com/resources/freeqrd/lp/656168/0.pdf?1748295791>.

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

pela procura do modelo *lato sensu* de pós-graduação, causado pelo longo tempo para titulação e a consequente dificuldade de inserção de doutores no mercado de trabalho. O mestrado aparece como principal alvo dos problemas nesse processo, visto que, para os idealizadores das reformas, ele configura uma etapa intermediária da formação acadêmica e grande parte das pessoas que conclui o mestrado *stricto sensu* não ingressa no doutorado.

Assim, o objetivo da reforma é promover o ingresso do pós-graduando no doutorado direto. A mudança prevê que os mestrandos possam ingressar no programa com ou sem um projeto de pesquisa e orientador definidos, sendo o primeiro ano do mestrado utilizado para construção dos projetos e realização de disciplinas. Após esse período, o projeto é submetido à banca de qualificação que definirá os próximos passos do discente, podendo ser aprovado para continuar no mestrado ou indicado para doutorado direto. A primeira opção garante o tempo de 12 meses, após a qualificação, para conclusão do mestrado, consequentemente diminuindo o tempo atual para realização da pesquisa e elaboração da dissertação. No doutorado, o discente tem 48 meses para defender sua tese, podendo, durante esse período, complementar sua formação como pesquisador realizando estágios fora do ambiente acadêmico. No edital, o oferecimento de bolsas para remuneração do trabalho realizado por esses pesquisadores são pouco significativos e não especificam a contemplação dos mestrandos não aprovados para o doutorado direto. O Programa de Pós-Graduação em História Social

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

aprovou a reforma, estando os ingressantes do edital 2025-2026 já submetidos a esse projeto-piloto.

Sob a égide de conceitos como “empreendedorismo” e “inovação”, a reforma na Pós-graduação revela, portanto, uma mentalidade mercadológica e neoliberal diante das carreiras acadêmicas nas universidades públicas. Os três pilares da Universidade — pesquisa, ensino e extensão — são evocados ao falar das atividades de estágio que podem ser desenvolvidas pelo pós-graduando durante o tempo de pesquisa. No entanto, a possibilidade de realização deste estágio não altera a situação precária do pesquisador, que não retém vínculo empregatício com a universidade, além de desvalorizar a titulação de ensino superior já obtida pelo pós-graduando, colocando-o novamente na categoria de “estagiário”, submetido a um vínculo de trabalho temporário, sem garantia de direitos trabalhistas e, especialmente, com pouca possibilidade de efetivação e empregabilidade do discente após o término da pesquisa, ficando à mercê do setor privado. Assim, as mudanças na Pós-graduação continuam replicando a lógica da não profissionalização da pesquisa acadêmica, que mantém a produção científica atrelada a vínculos precários, à dependência de bolsas temporárias e à ausência de perspectivas de inserção estável no mercado de trabalho. A pesquisa é tratada mais como etapa formativa ou atividade complementar, comprometendo, assim, a valorização social e a institucionalização do trabalho científico.

Há também pouca clareza da aplicação dessas medidas na área de Ciências Humanas, na qual os temas de pesquisa, geralmente, apresentam

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

pouco interesse mercadológico. Dessa forma, o projeto-piloto em implementação nos programas de pós-graduação desvaloriza o mestrado, ignorando sua importância para formação do pesquisador ao eliminá-la ou reduzi-la apenas a uma etapa para o doutorado, encurtando o tempo de formação do pós-graduando.

Outra crítica direta a essa mudança seria a criação de um “mercado de doutores”, muitas vezes, mais voltados à obtenção do título, com certa pressa e pouca maturidade tanto para forjar uma tese original e parruda, quanto para tomar a decisão se realmente o indivíduo deseja se tornar doutor e assumir todos os encargos embutidos ao título (o principal deles, formar outras pessoas). Isso, pois, consideramos que o mestrado como praxe ainda é uma etapa importante, que forma e dá mais segurança ao pesquisador, já que é o primeiro trabalho de fôlego realizado, permitindo-lhe aprender a esteá-lo no método, na forma e no conteúdo. Pular essa etapa, em alguns casos, pode suscitar o risco de um grande número de teses com pouca robustez e de qualidade desbalanceada. Em suma, ter um projeto maduro não significa necessariamente que o pós-graduando tem maturidade para um doutorado. Outra implicação seria que o número de doutores titulados cresce, mas sem o acompanhamento proporcional de vagas para docentes nas universidades públicas, levando-os a buscar trabalhos alternativos, muitas vezes não condizentes com o grau elevado de titulação.

Sob essa extensa conjuntura, portanto, tempo foi uma palavra frequentemente mencionada em reuniões da Epígrafe neste semestre.

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

Dentro de uma lógica imediatista da produção acadêmica, a publicação de artigos em revistas pode ser lida como uma forma mais rápida e eficaz de divulgação científica. Com o recebimento de um volume alto de artigos a serem publicados nesta edição, a comissão editorial deparou-se com o desafio de como conduzir o processo editorial no prazo determinado e, ao mesmo tempo, mantendo a qualidade em todos os processos até a publicação final da edição. É importante enfatizar que o projeto editorial realizado pela Revista Epígrafe é completamente voluntário, portanto, os integrantes da comissão intercalam as atividades da revista com a graduação e outras atividades remuneradas, como estágios, projetos de pesquisa e extensão na universidade, ou mesmo trabalhos em tempo integral. Respeitando o tempo do processo editorial, reforçamos a escolha de dividir os artigos submetidos à esta chamada de trabalhos em dois volumes, visando o compromisso da Epígrafe com a produção científica ética e de qualidade, e que, em seus trâmites, valoriza o trabalho voluntário dos editores (graduandos) e dos pareceristas (doutores ou doutorandos).

No contexto das mudanças elencadas, a Revista Epígrafe se propõe a ser um espaço onde alunos de graduação e recém-graduados possam submeter seus trabalhos e ter, em muitos casos, o primeiro contato com um processo editorial e receber um retorno sobre os resultados de suas pesquisas; uma oportunidade para aprimorar seus trabalhos. O resultado desse processo é agora apresentado nesta edição com artigos, resenhas e ensaios que apresentam temas e perspectivas das mais diversas.

Começando por História do Brasil, que abrangeu desde o período

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

colonial até a contemporaneidade. Na resenha “Tributo, sociedade e revoltas no sertão”, Marlos Santos da Cunha analisou a publicação de Gefferson Ramos Rodrigues, de 2024, resultado de sua dissertação de mestrado defendida em 2009, na Universidade Federal Fluminense (UFF). A temática da obra centra-se em estudar a composição social dos movimentos revoltosos que ocorreram em 1736, causadas pela insatisfação com a cobrança do imposto de capitação, na região mineira do Rio São Francisco.

No Brasil oitocentista, João Vitor Teles do Nascimento, em “Baring Brothers e o café: a montagem das bases financeiras da Segunda Escravidão no Império do Brasil (1831-1850)”, buscou analisar a relação entre a exploração do trabalho escravo compulsório na produção cafeeira e a relação com as redes financeiras que constituíram o sistema escravista brasileiro, com destaque para a atuação do banco britânico Baring Brothers. Também no eixo da História Econômica, no artigo “Os que bancaram o Império: as casas bancárias da corte e o financiamento do Estado brasileiro (1860-1864)”, Pedro Soares Oliveira, a partir de documentação de crédito pouco explorada anteriormente pela historiografia, explorou o papel das casas bancárias da Corte brasileira, compreendendo sua atuação no financiamento do Estado Imperial.

Em um salto cronologicamente para o Brasil Republicano, a partir de periódicos comunistas, documentação oficial da empresa mineradora e processos judiciais, no artigo “‘Dona Maria Festa, a amiga dos mineiros’: trajetória de uma enfermeira-parteira comunista no seio da comunidade

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

da região carbonífera gaúcha nos anos 1940”, Lucas Specht buscou reconstituir a história de Maria Siani Festa, articulando sua atuação política com as implicações de gênero presentes nos conflitos de classe do período.

Tensionando ficção e história, em seu artigo “Revisão crítica de Humberto Mauro (1927 – 1933): oposições, continuidades e contradições entre campo e cidade, tradição e modernidade”, André Quevedo Pacheco constituiu uma análise fílmica de quatro obras do cineasta mineiro: *Thesouro Perdido* (1927), *Braza Dormida* (1928), *Sangue Mineiro* (1929) e *Ganga Bruta* (1933); explorando as tensões representativas existentes ao retratar o interior mineiro e a metrópole carioca. Já no artigo “Entre História e Literatura: o processo de urbanização brasileira e Belo-horizontina presente em *Hilda Furacão*”, Thamiles Lessa dos Santos explorou o romance escrito por Roberto Drummond, publicado em 1991, como uma alegoria que reflete os ideais presentes nos projetos urbanísticos higienistas e sanitaristas promovidos no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960, que visava a segregação de grupos marginalizados.

Ainda no âmbito do audiovisual e sua ligação com o contexto histórico-político, Lucas Albertini Leal, no artigo “A mídia e o monstro: apontamentos sobre criptozoologia, cultura midiática e sensacionalismo no Brasil a partir das narrativas do Monstro do Lago Ness (1933-1945)”, explorou a representação da suposta aparição de um monstro nas águas de um lago na Escócia e a repercussão dessas notícias em diversos veículos

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

da imprensa brasileira. Analisou-se a construção de um discurso sensacionalista relacionado ao evento, bem como a criação de um imaginário social a partir da circulação dessas notícias.

O único artigo desta edição no recorte da História Antiga é “Representações das mulheres e magia no O Asno De Ouro de Apuleio”, em que Isabela de Oliveira Fedorovicz nos mostrou como a agência de mulheres e suas resistências cotidianas são representadas neste romance latino do século II A.C através de personagens que, pela prática da magia "goética", alteram as condições do mundo ao seu redor, contrariando a ordem natural das coisas, que são vistas de forma negativa.

Em História Medieval, Gilberto de Carvalho Tubaldini Vilela apresentou o trabalho “A peregrinação medieval sob a perspectiva de Salimbene de Parma: uma análise das práticas peregrinas e das percepções do cronista em sua obra Cronica”, uma análise da peregrinação através da crônica mendicante que destaca o papel da cidade como pontos de conexão entre essas redes de migração. Enquanto isso, Anna Luisa Araujo Mascarenhas, no artigo “A Idade Média nos trópicos: uma análise do neomedievalismo brasileiro a partir da telenovela Deus Salve O Rei”, nos mostrou como a telenovela é uma combinação de elementos estéticos associados à Idade Média, como os figurinos e a cenografia, com uma forma tradicional de novela com tramas contemporâneas, facilitando a conexão do público com a obra.

No âmbito da História Moderna, há artigos que se relacionam tanto

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

com o espaço geográfico europeu quanto americano. Em “A prata como de cinza: ch’ixi uma vista do Cerro Rico de Potosí a partir das cosmo-histórias e cosmopolíticas andinas”, houve uma análise de Paula Zeitoun Miranda, a partir da perspectiva indígena, focada na cosmologia andina e as relações políticas derivadas dessa, da exploração do lendário morro de Potosí e suas minas de prata, jóias da Coroa na América Espanhola. Já em “Os paratextos como estratégia de legitimação da autoridade indígena em Nueva Corónica y Buen Gobierno (1615) de Felipe Guamán Poma De Ayala”, Catarina de Paula analisou como capas, cartas, prólogos e imagens presentes nos paratextos de um documento constroem reivindicações de autoridade e resistência indígena. Também sob o escopo indígena, a resenha “Narratividade e insurgência em testamentos indígenas de Charcas na era das rebeliões”, de Gabriel da Rocha Ucella, examinou o estudo de Alexandre Belmonte acerca de testamentos indígenas na região de Charcas. O trabalho de Ucella ressaltou o potencial dessas fontes para compreensão da vida desses nativos no século XVIII, destacando, ainda, a complexidade dessas estruturas analisadas através das pesquisas do estudioso Belmonte.

Ainda no plano americano, na resenha “A construção da Liberdade, ou como uma Revolução de escravizados abalou o mundo?”, Erika Camila Pereira Nunes discorreu sobre o livro de Bethânia Santos Pereira chamado “Revolução Haitiana: a Revolução de escravizados que abalou o mundo”, afirmando que, apesar do projeto político de bloqueio comercial de França e Espanha e das dívidas geradas por isso, a construção da liberdade do

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

Haiti foi levada a cabo com sucesso.

Em “As Notas do Rei: um estudo sobre soberania e retórica imperial no tempo de Henrique VIII”, Marcos Paulo Caeiro André de Moura examinou um manuscrito e sua relação com o reinado de Henrique VIII da Inglaterra, aventando que seria um levantamento realizado a mando do rei em 1542, à época da invasão militar na Escócia, como parte da tentativa de forjar um Império Tudor em toda a ilha britânica. Ademais, em “Revoltas na Inglaterra do século XIV: uma análise a partir da Gesta Abbatum Monasterii Sancti Albani”, Manuella Catto Barros tratou das revoltas camponesas do século XIV, na Inglaterra, mais especificamente em St. Albans, cidade próxima a Londres, que presenciou conflitos entre seus habitantes e a abadia, que detinha os poderes senhoriais sobre a região.

No plano da História Intelectual da época Moderna, em “Uma genealogia conceitual da liberdade”, Felipe Oliverio resenhou o livro “Liberty as Independence: The Making and Unmaking of a Political Ideal”, de Quentin Skinner, em que explana os conceitos de liberdade entendidos pelo estudioso da História Intelectual, destacando a evolução de sua análise em relação às suas obras anteriores. No artigo “Thomas Hobbes e John Milton: as disputas em torno do direito de resistência e as prerrogativas do poder soberano na Revolução Inglesa”, Davi Schelotag de Moraes realizou uma leitura estrutural de Thomas Hobbes e John Milton, analisando que esses desenvolveram suas teorias a partir da reconstrução hipotética das origens do poder político, justificando-o a partir da razão e da lei natural, de teor mais abrangente que a revelação bíblica.

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Gouveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

Há também análises que se referem à História Moderna e religião. No artigo “Entre a Razão e a Revelação: Deísmo e Evangelicalismo na América do século XVIII e XIX”, Fernando Cyrillo Júnior investigou a relação entre o deísmo iluminista e o evangelicalismo na formação dos Estados Unidos nos séculos XVIII e XIX, contestando a visão de um triunfo absoluto do revivalismo religioso sobre o racionalismo, transformando o Segundo Grande Despertar o marco do fim do iluminismo americano. Já em “O pecado de simonia e a organização das igrejas no Portugal do século XV”, Letícia Marino abordou as descrições das ocorrências do pecado de avarizia na sociedade portuguesa do século XV, e mapeou as circunstâncias que levam às ramificações desse pecado e os valores cristãos envolvidos, a partir de tratados e constituições regionais.

Por sua vez, voltando-se ao recorte da História Contemporânea, com exceção dos trabalhos de Brasil que englobam este lapso temporal mas que destrinchamos separadamente, o artigo “A queda do Império Czarista e o levante de fevereiro de 1917”, de Julia Carvalho Daltio e Julia Rodrigues Chagas, abarcou uma análise pautada em bibliografias que revelam os contextos social, político e econômico que contribuíram para o colapso e degeneração do regime czarista na Rússia de 1917, incluindo o papel da Primeira Guerra Mundial nesse cenário popular de insatisfações. Nessa mesma linha de Revolução Russa, o ensaio “O castelo de cartas da burocracia termidoriana e o Estado operário degenerado burocraticamente”, de Nicole Maciel Cadeiras, buscou compreender a dita degeneração do Estado operário soviético, pautando-se na obra “A

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

Revolução Traída”, de Leon Trótski, valendo-se do contexto histórico na região sob regime soviético.

No âmbito das questões de gênero, Laura Giovana Menezes Nascimento, em seu artigo “Idealização Limitante: a representação da mãe nos Anos Dourados”, a partir das campanhas publicitárias que homenageavam o Dia das Mães, entre 1957 e 1961, a autora analisou a imagem da mulher e, sobretudo, de seu vínculo com a maternidade, construída, embasando-se numa abordagem teórico-metodológica e que evidencia as distinções de gênero atribuídas e esperadas. Nessa mesma linha, Beatriz Gomes de Guimarães, em seu artigo “O Convento de Santa Clara do Desterro da Bahia no século XVIII e início do século XIX: análise de requerimento de mulheres junto ao Conselho Ultramarino”, explorou o respectivo Convento fundado, por sua vez, por quatro irmãs clarissas oriundas de Portugal. Tendo sido a primeira instituição conventual aqui na América Portuguesa, a autora voltou-se a analisar documentos históricos para compreender a realidade das “mulheres comuns” que viveram naquele espaço. Por sua vez, o artigo “Takamure Itsue e a historiografia feminina”, de Maria Fernanda Ferreira dos Santos, propôs, a partir de uma História das Ideias, refletir sobre o pensamento de uma figura pioneira do feminismo japonês no que diz respeito à reconstrução do passado japonês, propondo, ademais, reflexões para o campo de estudo de gêneros e de crítica à herança patriarcal historiográfica.

No trabalho “Gênero e movimentos de mulheres no Atlântico: uma categoria de análise em disputa”, Isadora Pires Garcia propôs uma

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

discussão do conceito de gênero e da relação desse conceito com os movimentos de mulheres. A partir da análise de autoras dos movimentos feministas negros, africanos, e outros movimentos idealizados por mulheres africanas e diaspóricas, Isadora questiona rotulações genéricas como "feministas" e propõe leituras com abordagens e métodos específicos para os estudos africanos e diaspóricos.

Em “Histórias da migração boliviana: cotidiano e memória em São Paulo”, Mariana Huanca Iacomussi explorou, a partir de uma pesquisa por entrevistas e, portanto, valendo-se da História Oral, uma reflexão acerca da memória de cinco imigrantes e/ou filhos de imigrantes bolivianos que vivem na capital paulista, sobretudo a partir da cultura alimentar.

No ensaio “Racismo linguístico no Brasil: uma herança da colonização”, o autor Arthur Gabriel Mendonça Cabral analisou o racismo linguístico no país a partir de suas origens coloniais, pautando-se nas análises de Nego Bispo, Lélia Gonzalez, Irandé Antunes e demais estudiosos visou compreender suas reverberações na contemporaneidade, combinando, em seu trabalho, debates acadêmicos e pesquisas historiográficas.

No artigo “Usos e reusos de um imaginário social da Josina Machel em Moçambique pós-colonial (1975 e 1986)”, Mayra São José Corsino investigou a construção e mobilização do imaginário acerca da figura de Josina Machel, mobilizando também o contexto sociopolítico da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em Moçambique, destrinchando a

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

figura de “herói nacional”. Já o artigo “A luta por uma história escrita por mãos negras: branquitude e o perfil racial dos alunos de História da Universidade Federal de Integração Latino-Americana”, de Talles do Nascimento Martins e Victor Evangelista Santos, investigou, a partir de uma pesquisa de metodologia quantitativa de dados demográficos e análise documental, a predominância de alunos brancos no curso de História, Licenciatura e Bacharelado América-Latina da UNILA. O autor tratou do impacto desse quadro na reprodução das desigualdades epistemológicas e o reflexo ou desafio das estruturas coloniais nessa produção de conhecimento operada pela própria universidade.

Em “A Era das Declarações: direitos universais e cidadania nas Revoluções Atlânticas (1776–1804)”, a autora Sarah Beatriz Gomes de Almeida, através da análise de quatro declarações de independência e de direitos produzidas entre 1776 e 1804, que fazem surgir as bases conceituais políticas e sociais para o surgimento dos direitos humanos, defendeu o uso do termo “Era das Declarações” para denominar esse momento de mudança nas mentalidades, como uma referência ao termo “Era das Revoluções” de Hobsbawm.

Caterine Krauspenhar Gluszczyk, em “A atuação colonial da Bélgica no Congo e os seus impactos sobre a posição social das mulheres congolezas: uma revisão de literatura (séculos XIX–XX)”, tratou da mudança da posição social das mulheres na região do Kongo a partir de uma análise da historiografia produzida sobre a migração dos povos bantu para a região num período profundo no tempo, e levanta o relato de Léonie Abo e

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

suas vivências no processo de descolonização do Congo Belga.

Ellen Pereira Cruz, no artigo "O governo de Juan Manuel de Rosas e a mobilização de memória no filme 'Juan Manuel de Rosas' (1972)", analisa a cinebiografia do governador da província de Buenos Aires na década de 1830, Juan Manuel de Rosas, e destaca a construção de uma memória revisionista do durante o período de crescimento do peronismo na argentina, na década de 1970, quando o filme é lançado.

E Isabela Elmer Vorique, em "Entre o não evento e o evento da Revolução Haitiana: análise do filme 'Queimada!' (1969) sob o apagamento epistêmico da nação negra nas Américas", traz um debate sobre o apagamento histórico de eventos ou a minimização de sua importância ao longo do tempo, e através da análise do filme Queimada! faz reflexões sobre a importância do cinema no resgate de eventos e personagens históricos.

Por fim, encerramos a edição com a entrevista de Bruno Miranda à Epígrafe. Atualmente professor substituto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Bruno teve sua formação integralmente vinculada ao Departamento de História da USP e ao Programa de Pós-Graduação em História Social, durante mestrado e doutorado. O historiador relatou que, ao ingressar na universidade, seu objetivo inicial era tornar-se professor da educação básica, sem pretensões de seguir carreira acadêmica. No entanto, a paixão pela pesquisa surgiu ao longo da graduação, impulsionada pela influência de docentes como Alexandre de Freitas

“Somos historicidade, somos história”

Felipe Cintra Nogueira Maciel

Julia Maria Bida Goveia

Luana Gregner Pereira

Vivian Rocha

Barbosa e Rafael Marquese, seu orientador.

Suas pesquisas estão centradas no papel da classe senhorial durante a crise da escravidão no Império do Brasil, o historiador enfatiza a importância da Lei do Ventre Livre como chave para compreender esse processo. Bruno também destacou as fontes utilizadas e seu interesse em expandir a temática, especialmente em um possível pós-doutorado.

Ao longo da entrevista, Bruno relatou os desafios enfrentados em sua formação, marcados pela defasagem educacional decorrente de sua trajetória na rede pública de ensino básico, e, no final, o historiador apresentou seus conselhos para estudantes que seguem na graduação em História, enfatizando fatores que considerou indispensáveis em sua formação. Assim, sua trajetória evidencia tanto a diversidade de possibilidades no campo da História, quanto o potencial transformador do ensino e da pesquisa na formação de novas gerações de historiadores comprometidos com o conhecimento crítico, democratizado e com os dilemas sociais, econômicos, políticos e culturais do presente.

A Comissão Editorial da Revista Epígrafe deseja uma boa leitura!

Referência bibliográfica

HELLER, Agnes. Uma Teoria da História. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.